



O Livro do Armeiro Mor e a Construção da Memória da Realeza Moderna

Robson Luis Nicolay¹

Resumo: O presente artigo faz uma análise da construção da memória da realeza moderna em Portugal, a partir do Livro do Armeiro Mor, confeccionado pelo Rei d'Armas Jean du Cros por ordem do rei D. Manuel I, cognominado “O Venturoso”, e enfoca sobre questão da legitimação do poder régio sobre a nobreza, tendo em vista a transição do modelo político deixado pela monarquia feudal para as novas estruturas da moderna monarquia nacional.

Palavras-chave: Livro do Armeiro Mor – História e Memória – D. Manuel I – Heráldica – Monarquia Moderna

Abstract: This article analyzes the construction of the memory of royalty from Portuguese Modern Age, by the Book of Herald Mor, made by the King Arms Jean du Cros by order of King Manuel I, “The Venturous”, and it focuses on the question of the legitimacy of royal nobility, for the political transition of the model left by feudal monarchy in the new structures of National Modern Monarchy.

Keywords: Book of Herald Mor – History and Memory – D. Manuel I – Heraldry – Modern Monarchy

* * *

A memória sempre esteve implícita na história, mas, recentemente, tem sido evocada no meio acadêmico como um elemento bastante ativo na historiografia. Daí a pertinência de se abordar o objeto de estudo deste artigo pelo enfoque da memória, pois o objeto em História somente passa a existir quando é criado pelo historiador que ao apropriar-se uma memória popular e coletiva a interroga para construir a memória histórica. Mas, precisamos esclarecer ao que se refere ao estudar-se a construção da memória, pois, como afirma Jacques Le Goff, “o conceito de memória é crucial”².

A memória nos remete à lembrança e à recordação, conforme Marilena Chauí, “as lembranças podem ser trazidas ao presente tanto espontaneamente como por um trabalho deliberado de nossa consciência. Lembramos espontaneamente quando, por exemplo, diante de uma situação presente nos vem à lembrança alguma situação passada. Recordamos

www.veredasdahistoria.com

¹Graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis
²LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990, p. 423.



quando fazemos o esforço para recordar”³. Complementarmente, deve-se citar Maurice Halbwachs, para quem haveria, “na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual”⁴, no entanto, segundo Halbwachs, a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva.

Essa memória coletiva, que segundo Le Goff pode ser captada, coletada através de entrevistas e dos monumentos, torna-se para o historiador um documento, uma fonte de pesquisa, pois, “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história”⁵. Os registros da memória coletiva, tais como os monumentos, representam aquilo que foi selecionado por uma dada coletividade para ser perpetuado pela recordação, conforme Chauí, “é preciso mencionar a sua dimensão coletiva ou social, isto é, a memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e relatos da história de uma sociedade”⁶.

Precisamente, é este caráter social da memória coletiva que lhe garante notoriedade e perpetuação pelos esforços comuns, conscientes ou não, do grupo envolvido. “Os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo”⁷. Para Halbwachs, a lembrança é uma forma de reconstrução do passado a partir de dados do presente e preparada por outras reconstruções de épocas anteriores também já alteradas em seu processo. Portanto, tendo em vista a vivência em grupo, as lembranças, as memórias não somente são construídas e reconstruídas, como também podem ser simuladas ou modificadas, já nem mesmo a memória individual permanece isolada, sofrendo a influência de diversos elementos externos ao sujeito.

Ainda segundo Halbwachs, a memória apóia-se sobre o “passado vivido”, ou seja, a memória está pautada sobre as experiências, aquilo que foi sentido ou percebido. A memória histórica, no entanto, seria somente uma sucessão de acontecimentos marcantes do ponto de vista do Estado e, portanto, a própria história se encontraria em oposição a este conceito vivo de memória. Embora a obra de Halbwachs seja bastante pertinente do que diz respeito à memória, sobretudo sobre a memória coletiva ou social, o mesmo não se pode dizer sobre

3CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2005, p. 142.

4HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 41.

5LE GOFF, Jacques. Op. cit. p., 426.

6CHAUÍ, Marilena. Op. cit. p., 138.

7HALBWACHS, Maurice. Op. cit. p., 71.



suas idéias com relação à história, afinal, este autor afirma a História é tão somente uma síntese dos acontecimentos de uma nação, que torna as memórias coletivas meros detalhes, e mais:

O que justifica ao historiador estas pesquisas de detalhe, é que o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e merece ser enfatizado e transcrito na mesma medida. Ora, um tal gênero de apreciação resulta de que não se considera o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou mesmo existiram, para que, ao contrário, todos os acontecimentos, todos os lugares e todos os períodos estão longe de apresentar a mesma importância, uma vez que não foram por elas afetadas da mesma maneira.⁸

Além disso, para Halbwachs, “a história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito”⁹. Contudo, conforme Le Goff, nas “sociedades sem escrita há especialistas da memória, homens-memória: 'genealogistas', guardiões dos códices reais, historiadores da corte...”¹⁰, que são mantidos com o objetivo de manter a identidade e a coesão do grupo e, com o advento da escrita, ocorrem significativas transformações na memória coletiva.

“A escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. A memória assume então a forma de inscrição e suscitou na época moderna uma ciência auxiliar da história, a epigrafia”.¹¹

Para Leroi-Gourhan, *apud* Jacques Le Goff, a evolução da memória coletiva ligada à escrita é também o desenvolvimento da memória urbana. Trata-se do crescimento da memória cada vez mais institucional, sobretudo pelo que Le Goff chama de “memória real”, a memória dos reis. “Os reis criam instituições-memória: arquivos, bibliotecas, museus...”¹²; esta memória real, institucional, é construída pelos reis e por aqueles que detém o poder. É uma memória das instâncias de poder que regem determinado grupo ou sociedade, e é exatamente deste tipo de memória de que trata o presente artigo.

8bidem, pp. 89-90.

9Ibidem, p. 85.

10LE GOFF, Jacques. Op. cit., p. 429.

11Ibidem, p. 431.

12Ibidem, p. 434.



*“Enquanto que a memória social "popular" ou antes "folclórica" nos escapa quase inteiramente, a memória coletiva formada por diferentes estratos sociais sofre na Idade Média profundas transformações. O essencial vem da difusão do cristianismo como religião e como ideologia dominante e do quase-monopólio que a Igreja conquista no domínio intelectual”*¹³. Apesar disso, apesar deste “monopólio” da Igreja sobre a cultura letrada, a memória social continua se desenvolvendo por meio da oralidade. A aristocracia vigente, que começava a desenvolver as características da 'nobreza', cria suas próprias instâncias de memória a partir de tradições simbólicas.

Segundo Vanchez, entre os séculos XI e XII, a vida medieval *“deu um espetacular salto a frente”*, foi um *“grande progresso”* conduzido por uma intensa racionalização do poder e influenciando longamente as relações sociais¹⁴. A Igreja Romana alcançou sua hegemonia e se consolidou como um Estado. *“A nova sociedade que nasceu no século XII se situava no âmbito feudal, e até mesmo países como a Alemanha conheceram, naquela época, o processo de dissolução da autoridade, que, nas regiões mais ocidentais se completara desde o primeiro terço do século XI”*¹⁵.

A autoridade, para o homem medieval, significava um modelo a ser seguido, como um conjunto de princípios; já o poder estava ligado à execução, à realização das ações. Logo, a autoridade constituía o princípio que rege o poder. A Igreja constituía-se na autoridade máxima do cristianismo e, em cada região, os reis, suseranos das chamadas monarquias feudais eram as autoridades locais. Os grandes principados feudais (condados e ducados), juntamente com os feudos eclesiásticos, tinham como verdadeiros soberanos os condes, duques e bispos, com o direito de exercer a justiça, cunhar moedas e fazer guerra. Entre eles não havia unidade, exceto cultural e fato de reconhecerem o rei como suserano de todos.

O poder destes nobres, conforme Georges Duby, repousava na ação militar. O *“grande progresso”* afetou também os paramentos militares e ampliou os armamentos da cavalaria de guerra. *“Afetou também os cavalos, animais mais vigorosos que podiam ser*

13Ibidem, p. 442.

14VANCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 65.

15Ibidem, p. 66.



conduzidos em plena refrega”¹⁶. A esgrima montada, a arte militar da cavalaria atingia o seu auge.

Depois de meados do século XII, a fase culminante do combate passa a ser a carga, com o objetivo de desmontar o adversário com o choque da lança, privando-o do essencial de sua força para, atirado ao solo, capturá-lo. Uma justa, mas não individual, como poderia fazer crer a leitura dos romances. Como a caça, a guerra era feita em equipe. No momento decisivo, atiravam-se uns contra os outros esses esquadrões de camaradas.¹⁷

Os campeões de cada senhor vinham no comando das tropas e disputavam entre si, pois “sua glória e de sua 'pátria' dependeriam do êxito do bando que ostentava as cores de seu escudo”¹⁸. Aqui se começa a fazer notar esta nova forma de preservação da memória criada pela nobreza insipiente, posto que “a linguagem heráldica articulou-se precisamente nessa época, nos campos de torneio”¹⁹.

A heráldica, também conhecida com armaria ou ainda como parasetmatografia é a arte e também a técnica e conjunto de normas para confecção dos brasões de armas²⁰. Segundo Jenny Dreyfus, foi com as Cruzadas que a heráldica nobiliárquica começou a tomar corno e constituir-se como uma instância de memória para validação da distinção social da nobreza sobre a massa popular.

As Cruzadas levaram ao Oriente povos de quase todas as nações européias que somente se reconheciam pelo sinal da cruz feito ao se encontrarem. Tornou-se então necessário aos chefes do corpo adotar um símbolo de distinção para serem reconhecidos por seus comandados. Assim, no início do século XI surgem os primeiros emblemas. Com o tempo, esses timbres foram codificados e se tornaram hereditários, passando a obedecer algumas leis de regimento.

Os símbolos passam a ser reproduzidos no broquel do cruzado, na pintura dos vitrais, nas vestes do cavaleiro pela mão de sua amada, nas toalhas dos altares, no dorso do cavalo e finalmente na sepultura dos cruzados. As armas passavam de direito ao primogênito que por sua vez passava-as ao seu primeiro filho como sinal

16 DUBY, Georges. *O Grande Progresso* in: **A Idade Média na França: de Hugo Capeto à Joana d'Arc**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 157.

17 Ibidem.

18 Ibidem, p. 158.

19 Ibidem.

20 Os Brasões de Armas são um conjunto de peças, figuras e ornatos dispostos no campo de um escudo e/ou fora dele, e que representam as armas de uma nação, país, estado, cidade, de um soberano, de uma família, de um indivíduo, de uma corporação ou associação.



de supremacia e nobreza. Surge a verdadeira nobreza codificada com todas as regras exigidas.²¹

Além disso, conforme já mencionado por Georges Duby, inicialmente os cavaleiros se distinguiram pela indumentária usada e por seu grito de guerra, mas, depois, surgiu a idéia da identificação pelas cores pintadas sobre o escudo de combate. “A idéia tomou corpo e os cavaleiros resolveram ter sua marca distinta – primeiro muito simples, traços horizontais, verticais, oblíquos, passando a ser usados em todos os objetos que acompanhavam o guerreiro”²². Por ordem, os cavaleiros haviam começado a se distinguirem por escudos com cores plenas. Mais tarde foram colocadas divisões que diziam representar cortes feitos em seus escudos durante as guerras. Estes supostos cortes eram perpetuados no escudo como divisões. Depois vieram os animais e as figuras fantásticas, como leões, águias, dragões, unicórnios, etc. As famílias começaram a receber estes brasões por hierarquia, transmitindo-os aos descendentes dos guerreiros como troféus de glória.

A partir daí, começou a tomar corpo a heráldica familiar, que se estabelecia como marca de distinção social e elemento de simbólico de poder, posto que cerca de noventa por cento da população na Idade Média era completamente analfabeta, mas através dos desenhos brasonais, cada família podia ser identificada por todos. Na maioria das vezes, o elemento principal do escudo remetia a uma identificação patronímica, evocando a memória de algum ilustre ancestral e justificava a hegemonia de determinada família em alguma região. O uso do brasão trazia portanto uma evocação da família, da propriedade e da honra.

“O que, de todos os modos, se pode desde logo concluir é que a heráldica desta época reflete fielmente a estratigrafia, a organização e o interrelacionamento das camadas da sociedade detentoras do poder político, econômico e militar”²³.

Neste tempo de engrandecimento da cavalaria, como grande manifestação de atitude e de honra, e também como imprescindível exercício militar, ocorriam os famosos torneios de cavalaria. Na corte, conforme nos conta Dreyfus, a tarefa de fazer os anúncios públicos era confiada aos arautos ou heraldos, que tinham a missão oficial de levar as declarações de guerra e estabelecimento da paz. O rei de armas de cada lugar era sempre escolhido dentre os mais antigos heraldos, cujo papel era o de zelar por tudo que dizia respeito a brasões e

21 DREYFUS, Jenny. *Heráldica*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1968, p. 6.

22 Ibidem.

23 ABRANTES, Marquês de. *Introdução aos Estudos Heráldicos*. Lisboa: ICALP, 1992, p. 22.



títulos de nobreza, fiscalizando possíveis usurpadores de títulos e armoriais, cabendo-lhes, ainda, o dever de organizar os torneios e publicar os brasões dos cavaleiros a se enfrentarem.

*“Passando ao caso estritamente português, é talvez na heráldica dos séculos XII e XIII que, mais nitidamente se verifica a existência de um regime político-senhorial com características francamente feudais”*²⁴. Mas a heráldica por si mesma, assim como as instituições feudais *“não poderiam sobreviver à descoberta da artilharia. Assim que passaram a combater com o rosto descoberto, as cores heráldicas deixaram de ser indispensáveis à identidade pessoal”*²⁵. Contudo, os brasões de armas continuaram a figurar como elementos de distinção social, uma vez que somente um nobre, com ascendência confirmada poderia ostentar suas armas. A memória ancestral permanecia registrada nos livros armoriais dos heraldos espalhados por toda a parte.

Como mencionado, durante o período de pleno funcionamento do sistema feudal, o poder político era descentralizado, exercido localmente pelos senhores feudais. Num movimento ascendente, o poder do rei dentro dessas monarquias feudais era concedido pela nobreza, numa lógica de dom e contra-dom, na qual os nobres concediam a um de seus pares a autoridade real, e este, em contrapartida, lhes legitimava o poder exercido em seus domínios.

Com a crise do feudalismo e o surgimento das condições que permitiriam o início da centralização do poder em escala nacional, dando origem às monarquias nacionais, a lógica do processo se inverte: o poder, concentrado nas mãos do rei, passa a ser transmitido parcialmente a membros da nobreza, na condição de funcionários e/ou representantes do Estado.

Em Portugal no século XV não é diferente:

o que há de novo na monarquia é um forte espírito centralizador. As generosidades do tempo da guerra foram corrigidas com habilidade. (...) A autoridade régia era suficientemente forte para impor um imposto geral de cujo pagamento ninguém era excetuado, qualquer que fosse sua condição social...²⁶.

É preciso considerar a tradição que a autoridade real adquiriu durante toda a Idade Média, segundo a qual o poder real era considerado hereditário e de origem divina. É claro

24 Ibidem, p. 18.

25 DREYFUS, Jenny. Op. cit., p.9.

26 SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1979, p. 121.



que o rei exercia apenas o poder de direito, pois o poder fato era controlado pela nobreza. Mas o poder de direito facilitava muito torná-lo de fato, nem que, para isso, novas memórias e tradições tivessem que ser habilmente criadas.

Em 1476, o rei D. Afonso V, percebendo a importância que tinha a heráldica como elemento simbólico do controle do poder, iniciou várias pequenas reformas, de forma a reparar alguns abusos e manter o controle sobre o número de nobres, afinal, se portar um brasão era uma marca de distinção social, todo aquele que se fizesse detentor de armas poderia se passar por fidalgo. Assim, escreveu o rei em 21 de maio de 1476 em uma Ordenança a todo o país: “...defendo que nenhum plebeu nem outra alguma pessoa tragam nenhuma armas, em escudo, salvo se for fidalgo de cota de armas, sob pena de pagar 1 marco de prata para o dito rei de armas”²⁷.

De início, como visto, o os cavaleiros escolhiam e tomavam suas próprias armas de forma livre por seus feitos ou por herança inquestionável. Muitos, inclusive, tinham seus próprios oficiais d'Armas a seus serviço. Com o passar do tempo e com o fortalecimento do poder real, os monarcas portugueses passaram a fazer pequenas reformas, trazendo para si o direito de exclusivo de conceder novos brasões. Desta forma, o rei robustecia seus direitos quanto à legitimação da nobreza e garantia um apoio mais efetivo nas cortes.

A corte passava a contar, a partir de então, com os ofícios de um Rei d'Armas, arautos e passavantes fixos, instruídos para manter o controle sobre a concessão de armas e conservação dos direitos legítimos.

A ação dos Reis d'Armas a serviço da Coroa viria a resultar, durante o mesmo período, numa maior abundância de fontes documentais, através das quais se podem conhecer as identidades de um certo número de oficiais daquela Corporação e, também, a elaboração de pelo menos dois armoriais que, se não eram oficiais na plena acepção da palavra, eram pelo menos oficiosos.²⁸

Segundo o Marquês de Abrantes, dentre os oficiais da Corporação dos Reis d'Armas, não se pode deixar de mencionar Jean du Cros, Rei D'Armas Principal de Portugal, a serviço de D. Manuel I, “o venturoso”. “*Douto na ciência de que fizera ofício, a sua arte tem ainda muito de medieval, no estilo e na forma. Os seus conhecimentos, porém, são de tipo a*

27 Archivo Heraldico-Genealógico do Visconde Sanches de Baeña. Lx, Typ. Universal, 1872: p. 9.

28 ABRANTES, Marquês de. Op. cit., p. 42.



permitir-lhe a elaboração destes monumentos à Armaria que constituem os armoriais que se considera normalmente serem um só e que têm o nome de 'Livro do Armeiro Mor'“²⁹.

Neste período, Portugal encontrava-se em plena expansão territorial e comercial. D. João II já procurava garantir o domínio das rotas comerciais e mandara preparar uma expedição destinada à Índia, com navios propositadamente construídas para a viagem, de maior tonelagem, permitiram transportar maiores quantidades de mercadoria.

O rei morreu durante os preparativos. O sucessor, D. Manuel, submeteu o projeto de viagem à discussão das Cortes e a maioria dos votos foi desfavorável à sua realização. Apesar disso, o rei manteve o plano. Para comandante da frota foi escolhido Vasco da Gama, filho segundo de um funcionário régio que havia sido vedor da casa de D. Afonso V e depois alcaide de Sines. Era portanto um membro da pequena nobreza burocrática. É a primeira vez que um nobre é escolhido para comandar uma viagem marítima.³⁰

A frota de Vasco da Gama partiu em 1497, dobrou o Cabo da Boa Esperança e estabeleceu uma rota confiável para a Índia. Apesar disso, as negociações comerciais mostraram-se bem difíceis e o regresso foi cheio de percalços. Contudo, *“a recepção revela que a importância da viagem foi imediatamente compreendida: o rei escreveu a todas as cidades e vilas notáveis ordenando a realização de procissões e festejos de congratulação”*³¹.

Segundo Saraiva, o rei D. Manuel não se enganou quando mandou que em todo o país se festejasse triunfalmente o regresso de Vasco da Gama, pois com a viagem inaugurava-se um novo ciclo da história de Portugal. Novas expedições partiam anualmente, aumentando as riquezas da nação emergente. Os chefes das expedições já não eram os velhos marinheiros de conhecimentos práticos, mas altas figuras da nobreza cortesã, que disputavam as nomeações e as correspondentes fortunas.

A superioridade dos navios portugueses, o melhor emprego da artilharia e a agressividade de alguns grandes chefes militares permitiram o triunfo português. A maior figura da nossa ação na Índia foi Afonso de Albuquerque, governador entre os anos 1508 e 1515. Dominou Ormuz, chave estratégica do golfo Pérsico, e Malaca, porta para os mares da China. A coroa portuguesa adquire assim uma nova dimensão. O pequeno Portugal ibérico transforma-se numa das maiores potências navais e comerciais da Europa. Ao antigo título de rei de Portugal e dos

29 Ibidem, pp. 44-45.

30 SARAIVA, José Hermano. Op. cit., p. 139.

31 Ibidem.



Algarves, D. Manuel manda acrescentar novas dignidades: “e senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”.³²

O rei consolidava sua posição pela construção de novas identidades, mas fortes, de mais altas dignidades, uma nova memória que apagava os resquícios da dominação política pela nobreza durante o período feudal. Além disso, a pequena corte de D. João II aumentara rapidamente. *“Multiplicavam-se cargos, dignidades e ofícios mantidos pelo Estado. A nobreza aumenta muito em número e em rendimento consumido, mas esse crescimento deixa de constituir um desafio para o poder do rei. É uma nobreza cortesã, funcionária, dependente”*³³.

É claro que toda essa mudança somente era possível porque, com a transformação da arte militar, a guerra deixou de estar ao alcance dos particulares e todo o poder militar passou ao controle régio. O monopólio da violência, obtido primeiramente pela criação de exércitos mercenários que substituíam o antigo exército de vassalos, marcou o aparecimento da infantaria moderna e o início da decadência da cavalaria e da nobreza. *“Os antigos ‘guerreiros’ tendem a transformar-se em “oficiais”: comandar é o seu ofício e quem lho paga é o rei. Mesmo os nobres de mais alta hierarquia, se conservam a soberba, perdem a independência”*³⁴.

O crescimento da corte era uma forma de exteriorizar a crescente grandeza da dignidade real, mas era também o resultado da centralização e de um enorme aumento da atividade do serviço público. O Estado moderno substituiu, nas leis como nas armas e nas idéias, o Estado medieval. Se, como muitos pretendem, D. João II foi o último rei medieval de Portugal, D. Manuel foi, sem dúvida, seu primeiro rei moderno.

D. Manuel obteve a legitimação do aumento de seu poder em detrimento da nobreza de diversas formas e com a heráldica não poderia ser diferente, já que esta era uma das distinções que marcavam a nobreza. *“Foi sob o reinado d’O Venturoso que se deu o golpe final em tudo o que a Armaria conservava de espontâneo e de livre em Portugal, golpe que foi a total centralização orgânica e jurídica da Corporação dos Reis d’Armas”*³⁵.

Segundo o arquivo heráldico e genealógico do Visconde Sanches de Baeña, “D. Manuel (...) chegando ao conhecimento deste monarca o estado pouco lisonjeiro em que a

32 Ibidem, p. 148.

33 Ibidem, pp. 148-149.

34 Ibidem, p. 149.

35 ABRANTES, Marquês de. Op. cit., p. 47.



*arte heráldica se achava entre nós, resolveu mandar aos reinos estrangeiros pessoa idônea, para estudar esta ciência, a fim de tratar com acerto a sua reorganização (...) 1509 (...) D. Manuel foi o primeiro monarca que fez surgir do caos em que jazia, a arte heráldica em Portugal”*³⁶.

Após reestruturar, limitar e renomear a Corporação dos Reis d'Armas de acordo com a nova configuração do nascente Império português, D. Manuel, a título de manter e resguardar a memória nobiliárquica, procurou obter “*cuidadosa inventariação das fontes heráldicas nacionais ordenando a seus Aautos que procedessem a recolha das armas esculpidas em sepulturas antigas*”³⁷. Este inventário, é óbvio, não ficou completo, mas serviu de base para a criação de um registro de memória nobiliárquica no qual, ao invés da nobreza aparecer como sustentáculo da realeza, inversamente era a casa real que surgia como a fonte geradora da nobreza.

“*As reformas 'manuelinas' no campo da heráldica tiveram, porém, um âmbito muito superior àquele já referido e, assim, estenderam-se à jurisprudência, visto que foi O Venturoso o autor ou promotor das 'Ordenações' que vieram a ser cognominadas com o seu nome e nelas numerosas vezes matéria de heráldica*”³⁸. Além disso, outra preocupação de D. Manuel, e que se aproxima desta mencionada por Abrantes, foi a de dar um regimento pelo qual se regulasse a atividade oficial da Corporação dos Reis d'Armas.

Contudo, havia ainda uma ausência de armoriais oficiais para registrar e regular o uso dos brasões, “*pois os homens esquecem facilmente os usos que, seja por que modo for, não fiquem registrados*”³⁹. Essa falta levou D. Manuel a ordenar a composição de um armorial oficial o mais completo possível, incumbindo dessa tarefa o Rei d'Armas Portugal João Rodrigues, também conhecido como Jean du Cros.

Depois de serem reunidos pelo reino de Portugal todos os brasões, insígnias e letreiros, o material, transcrito e falado, seguindo as mais precisas instruções de D. Manuel, foi ordenado e registrado num obra que ficou conhecida como o Livro do Armeiro-Mor, datado de 15 de agosto de 1509. Este livro-inventário constituiu um resguardo da memória heráldica e, conforme Le Goff, “*a memorização pelo inventário, pela lista hierarquizada*

36 Archivo Heraldico-Genealógico do Visconde Sanches de Baeña. Lx, Typ. Universal, 1872: pp. 9-15.

37 ABRANTES, Marquês de. Op. cit., p. 49.

38 Ibidem, pp. 49-50.

39 Ibidem, p. 52.



não é unicamente uma atividade nova de organização do saber, mas um aspecto da organização de um poder novo”⁴⁰.

Com a conclusão do Livro de Jean du Cros, D. Manuel decidiu registrar de forma bastante visível para toda a sua corte a hierarquia nobiliárquica e as relações de poder que estava consolidando. Para tanto, como descreve Anselmo Braamcamp Freire *apud* Marquês de Abrantes, mandou pintar o teto do Paço Real da Vila de Sintra, hoje conhecido em Portugal como Palácio Nacional de Sintra, com os brasões das “72 principais famílias lusas da época, ilustres em honra, história e bens”⁴¹. Além disso, o pavilhão conhecido por Sala das Armas constituiu-se num portentosa afirmação do poder real e num registro da memória régia. “No centro do teto desta sala estão representadas as armas do rei D. Manoel I, circundadas por seis brasões representando sua descendência masculina e dois brasões representando sua descendência feminina. Abaixo destes estão os setenta e dois brasões da mais notável nobreza da época, dispostos em ordem de importância, que estão assentes no ventre de veados sobre cujas cabeças repousa o timbre de cada família”⁴².

Outra característica das cartas de armas quinhentistas é a de dizerem respeito, na sua maioria, a 'armas novas', que vinham recompensar altos feitos praticados quase exclusivamente durante a expansão no Oriente – feitos que nem sempre eram de ordem militar, mas de igual forma econômicos, mas sempre praticados em benefício dos superiores interesses nacionais ou, melhor dizendo, da Coroa Portuguesa.⁴³

O Livro do Armeiro Mor, confeccionado por Jean du Cros é uma obra das mais memoráveis no gênero e seu original encontra-se guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal e suas cópias em fac-símile estão disponíveis para consulta no *website* da instituição. Com relação ao objetivo deste artigo, basta observar o preâmbulo da obra, assinado pelo próprio Rei d'Armas, no qual ele descreve a natureza e o objetivo oficial da obra, mas nos permite entrever as construções de memórias realizadas, talvez até mesmo sem que o próprio autor se apercebesse disso.

Assim inicia o Portugal Rei d'Armas Principal o seu livro:

40 LE GOFF, Jacques. Op. cit., p. 436.

41 FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. *apud* ABRANTES, Marquês de. *Introdução aos Estudos Heráldicos*. Lisboa: ICALP, 1992, p. 9.

42 *Ibidem*.

43 ABRANTES, Marquês de. Op. cit., p. 55.



Figura 01

JEAN DU CROS. *Livro do Armeiro Mor*. Prefácio (detalhe).



Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Reg. TT-CR-C-A-1-19{-5v}

Para melhor compreensão, optou-se pela seguinte transcrição:

Livro das Armas que o muito excelente e muito poderoso príncipe, rei Dom Manuel, primeiro nosso senhor, bem e graça, el Rei de Portugal e Algarves, daquém e dalém mar, em África e Costa da Guiné, e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, deu a mim, Rei de Armas de Portugal e Juiz da Nobreza, para que compusesse e ordenasse, e nele assentasse todas as armas dos reis e príncipes cristãos, além de judeus, mouros e gentios, donde primeiramente descende e começou a nobreza, e também assentasse e pusesse todas as armas dos nobres e senhores destes reinos, cada um em seu lugar próprio, e as ordens como foram dadas antigamente a cada um. E, para isso, me mandou dar juramento sobre os santos evangelhos perante Pero de Lemos, frei capelão, e Afonso Mercia, que estavam em sua câmara.⁴⁴

Observe-se a sutileza da declaração de que é dos reis e príncipes “*donde primeiramente descende o começou a nobreza*”; além disso, destaca-se que tal registro pormenorizado foi feito com respeito “*as ordens como foram dadas antigamente a cada*

⁴⁴ Transcrição e adaptação nossa.



um” e “cada um em seu próprio lugar”. Tudo isso por determinação daquele que é o rei de Portugal e Algarves, daquém e dalém mar, senhor do conquista, comércio e navegação; todos títulos acrescentados por D. Manuel I, o “primeiro nosso senhor”, conforme já mencionado por Saraiva.

O primeiro capítulo do livro trata de um assunto igualmente revelador: “Os Nove da Fama”. Durante a Idade Média, com a profusão da literatura cortesã dos romances de cavalaria, formou-se no ideário medieval a composição de modelos de guerreiros. Dentre estes modelos, nenhum foi tão amplamente reconhecido quanto o grupo conhecido como os “nove da fama”. Este grupo ideal era composto por três chefes militares bíblicos judeus: Josué, rei Davi e Judas Macabeu; três chefes gentios: o príncipe Heitor de Tróia, o rei Alexandre Magno e o general Júlio César; e três líderes cristãos: rei Arthur, Carlos Magno e Godofredo de Bulhões.

Vejam-se o título do referido capítulo da obra de Jean du Cros e as armas registradas para os “Nove da Fama”:

Figura 02

JEAN DU CROS. *Livro do Armeiro Mor*. Sumário do Primeiro Capítulo: *Dos Nove da Fama*





Observe-se a titulação do capítulo descrita acima: “*Dos nove da fama. As saber: três judeus, três gentios e três cristãos*”. Além disso, Jean du Cros confere títulos nobiliárquicos da alta nobreza aos guerreiros representados em sua obra: Josué, Judas Macabeu e Heitor aparecem como Duques.

Figura 03

JEAN DU CROS. *Livro do Armeiro Mor*. As Armas dos Nove da Fama – Os Judeus



Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Reg. TT-CR-C-A-1-19{1} / TT-CR-C-A-1-19{1v} / TT-CR-C-A-1-19{2}

Figura 04

JEAN DU CROS. *Livro do Armeiro Mor*. As Armas dos Nove da Fama – Os Gentios



Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Reg. TT-CR-C-A-1-19{2v} / TT-CR-C-A-1-19{3} / TT-CR-C-A-1-19{3v}



Figura 05

JEAN DU CROS. *Livro do Armeiro Mor*. As Armas dos Nove da Fama – Os Gentio



Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Reg. TT-CR-C-A-1-19{4} / TT-CR-C-A-1-19{4v} / TT-CR-C-A-1-19{5}

Como já visto, a linguagem heráldica data de um período bem posterior ao vivido por estes guerreiros, contudo, no Livro do Armeiro Mor todos os nove receberam representações heráldicas de sua natureza real ou principesca, estabelecendo uma nova tradição, um documento-monumento como afirma Jacques Le Goff da memória heráldica centrada na pessoa do rei.

Muito mais haveria a tratar a respeito de tão ampla e contundente obra, mas, para fins deste artigo, bastam as informações e trechos ora apresentados. Como mencionado anteriormente, a linguagem heráldica surgiu e se consolidou durante a Idade Média, mas foi somente na modernidade que adquiriu um novo *status* ordenado e institucionalizado, adotando normas e leis que se pretendiam universais. O Livro do Armeiro Mor é uma das principais e mais representativas obras deste período e marca claramente as mudanças ocorridas em adaptação às mudanças políticas e sociais de sua época.

Ao iniciar o livro, mostrando as armas dos “Nove da Fama”, o armeiro real de D. Manuel validava as construções identitárias que faria nas páginas seguintes, centrando a concessão das insígnias de nobreza no rei, como um elemento simbólico de que o poder estava centrado na realeza e dela fluía para a aristocracia, que, portanto, devia contra-dons ao rei por isso.

Ao inventar as armas que representariam o grupo dos nove, o Rei de Armas, a partir de uma representação que antes não existia, cria uma nova memória, construída para validar as novas representações de um poder exercido em um novo contexto sobre novas estruturas.



Conforme Jacques Le Goff, “o rei em pessoa desdobra um programa de memoração, de que ele constitui o centro, sobre toda a extensão na qual tem autoridade”⁴⁵.

Veredas da História



www.veredasdahistoria.com



Referências Bibliográficas

ABRANTES, Marquês de. *Introdução aos Estudos Heráldicos*. Lisboa: ICALP, 1992.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2005.

DREYFUS, Jenny. *Heráldica*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1968.

DUBY, Georges. *O Grande Progresso* in: **A Idade Média na França: de Hugo Capeto à Joana d'Arc**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1979.

VANCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.